



MEL NO/DO PANTANAL: O TERRITÓRIO, AS TERRITORIALIDADES E AS RELAÇÕES DE PODER

**HONEY IN/FROM THE PANTANAL: THE TERRITORY,
TERRITORIALITIES AND POWER RELATIONS**

MEL NO/DO PANTANAL: O TERRITÓRIO, AS TERRITORIALIDADES E AS RELAÇÕES DE PODER

HONEY IN/FROM THE PANTANAL: THE TERRITORY, TERRITORIALITIES AND POWER RELATIONS

Geraldino Carneiro de Araújo¹ | Elaine Dupas² | João Pedro Ferraz Zanetoni³
Daniela da Silva Carvalho⁴ | Milton Augusto Pasquotto Mariani⁵

Recebimento: 09/04/2025
Aceite: 11/09/2025

¹ Doutor em Administração (UNINOVE).

Docente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
Campo Grande – MS, Brasil.
E-mail: geraldino.araujo@ufms.br

² Doutora em Direito do Estado (USP).

Docente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
Campo Grande – MS, Brasil.
E-mail: elaine.dupas@ufms.br

³ Doutorando em Administração (UFMS).

Naviraí – MS, Brasil.
E-mail: joao.zanetoni@ufms.br

⁴ Doutoranda em Administração (UFMS).

Campo Grande – MS, Brasil.
E-mail: daniela_carvalho@ufms.br

⁵ Doutor em Geografia Humana (USP).

Docente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande – MS, Brasil.
E-mail: milton.mariani@ufms.br

RESUMO

O objetivo deste artigo foi de analisar o território, as territorialidades e as relações de poder na produção de mel pela percepção dos ribeirinhos do Pantanal de Mato Grosso do Sul. Foram consideradas duas comunidades: Paraguai Mirim e Vila do Amolar. A pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa utilizando observação e a entrevista como método de coleta de dados. Os dados foram tratados de acordo com a análise de conteúdo e elaboração de relatórios. Partindo da descrição do espaço e território - Pantanal e do Mel do Pantanal -, procurou-se entender o território e as territorialidades em torno da produção de mel no e do Pantanal, para então analisar as relações de poder. Foram identificadas duas realidades, o “Mel no Pantanal” e o “Mel do Pantanal”, em que as diferenças (culturais, sociais, políticas e econômicas) se apoiam principalmente na possibilidade da apropriação da Identificação Geográfica (IG) - no caso, do Mel do Pantanal - e nas relações que as comunidades têm com outros atores. O “Mel no Pantanal” é uma produção rústica, caseira, cultural e manual que não se apropria da IG.

Palavras-chave: Apicultura. Comunidade ribeirinha. Pantanal sul-mato-grossense.

ABSTRACT

The objective of this article was to analyze the territory, territorialities, and power relations in honey production from the perspective of riverside residents of the Pantanal in Mato Grosso do Sul. Two communities were considered: Paraguai Mirim and Vila do Amolar. The research is characterized as exploratory and descriptive, with a qualitative approach using observation and interviews as data collection methods. The data were treated according to content analysis and report writing. Based on the description of space and territory-the Pantanal and Pantanal Honey-the study sought to understand the territory and territorialities surrounding honey production in and from the Pantanal, in order to analyze power relations. Two realities were identified: "Honey in the Pantanal" and Pantanal Honey, in which the differences (cultural, social, political, and economic) are mainly based on the possibility of appropriating the Geographical Indication (GI)-in the case of Pantanal Honey-and the relationships communities have with other actors. "Honey in the Pantanal" represents a rustic, homemade, cultural, and manual production that does not appropriate the GI.

Keywords: Beekeeping. Riverside community. Southern Mato Grosso Pantanal.

INTRODUÇÃO

O Pantanal é a maior planície inundável do mundo, um ecossistema que abrange parte de três países, o Brasil, a Bolívia e o Paraguai. Na porção brasileira, o bioma ocorre nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e este estudo considerou a região do Rio Paraguai em Corumbá-MS. As comunidades ribeirinhas nessa região são, em sua maioria, famílias que vivem basicamente da venda de iscas para os turistas e que moram ao longo do curso dos rios da região, em comunidades como o Paraguai Mirim e a Vila do Amolar.

Para a comunidade ribeirinha, há alternativas de produtos e serviços para além das iscas, muitas voltadas para atender as demandas do turismo, sendo a produção de mel uma alternativa de trabalho e geração de renda. Neste sentido, parece haver um grande potencial para produção de mel no território pelas famílias ribeirinhas. A prova disso é a Indicação Geográfica (IG) do Mel do Pantanal: o mel produzido na região pantaneira, com as devidas aprovações, pode utilizar o selo que o identifica, sendo este um diferencial no mercado.

Dorneles *et al.* (2014) colocam que o estado de Mato Grosso do Sul tem um grande potencial para a expansão da apicultura. Entretanto, não são todos os ribeirinhos que detêm conhecimento



sobre a IG ou mesmo sobre o Mel do Pantanal; os que estão à margem dessas informações produzem o “Mel no Pantanal” de maneira cultural, ou seja, da forma que acreditam que é correto e que conseguem para geração de renda.

Mediante toda essa contextualização, o presente texto se propõe a analisar o território, as territorialidades e as relações de poder na produção de mel pela percepção dos ribeirinhos do Pantanal, considerando duas comunidades: Paraguai Mirim e Vila do Amolar, em Mato Grosso do Sul. Os objetivos específicos envolvem: (a) caracterizar o espaço, o território e o Mel do Pantanal; (b) descrever o território e as territorialidades em torno da produção de mel; e (c) analisar as relações de poder na produção de mel no território.

A presente pesquisa se ancora no conceito de desenvolvimento regional, entendido como o avanço social e econômico em nível territorial, que incorpora tanto indicadores agregados, como renda e emprego, quanto fatores locais específicos - os sociais, os culturais, os institucionais e os econômicos - que moldam a evolução de um território (Madureira, 2015). Estudos anteriores sobre IGs, como os de Flores (2007), Velloso (2008) e Farias (2022), mostram que a certificação geográfica pode promover desenvolvimento regional, ao valorizar produtos locais e fortalecer a organização comunitária. Dessa forma, este trabalho articula a análise do território e das territorialidades com a perspectiva do desenvolvimento regional, demonstrando como a produção de mel no Pantanal pode contribuir para geração de renda, preservação cultural e fortalecimento das comunidades ribeirinhas.

Em termos de estruturação do texto, nesta primeira seção foram apresentados os aspectos introdutórios, com apresentação da ideia central, de questões norteadoras, do problema de pesquisa e dos objetivos da pesquisa. A segunda seção trata do embasamento teórico sobre território e territorialidades. Na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos com as características e etapas da pesquisa realizada. A quarta seção apresenta os resultados e a análise. Na quinta seção são tratadas as considerações finais, e, por fim, são apresentados os agradecimentos e as referências do texto.

O TERRITÓRIO E AS TERRITORIALIDADES: UM EMBASAMENTO TEÓRICO

Para compreender o desenvolvimento regional em sua totalidade, é necessário olhar para os processos locais que moldam a organização social e econômica de um território. Nesse sentido, território e territorialidades surgem como conceitos fundamentais, pois permitem analisar como as comunidades interagem com o espaço em que vivem e como suas práticas sociais, culturais e econômicas contribuem para o avanço regional (Reis; Maia, 2009; Abreu, Braga, 2019; Madureira, 2015).

Abreu e Braga (2019) destacam que as dinâmicas de território e territorialidade impactam diretamente a identidade regional e a busca por melhores condições socioeconômicas, especialmente em contextos periféricos e amazônicos. Complementando essa perspectiva, Reis e Maia (2009) evidenciam que políticas públicas em Ciência e Tecnologia podem transformar territórios tradicionais, criando novas formas de territorialidade e impulsionando processos de desenvolvimento regional.

Território e territorialidade são dimensões centrais para compreender o desenvolvimento regional. Assim, as discussões acerca do território como sendo um produto de relações sociais entre homem e meio - tanto físico quanto social (Dematteis; Governa, 2005), mas também, e principalmente, enquanto construção histórica, que é fruto de um longo processo evolutivo humano e ambiental (Magnaghi, 2010) -, avançando para concepções que se aprofundam nas relações sociais que se dão por meio de um conjunto de ações e práticas dos sujeitos locais em seus próprios territórios de vida e existência, ou seja, as territorialidades (Dematteis, 2005), serão debatidas nessa seção teórica.

A partir dessa perspectiva, ao propor uma discussão do território e de suas territorialidades, coloca-se em destaque a importância desses conceitos como sendo componentes-chave para se compreender como a sociedade se organiza; além disso, também ilumina o caminho para o debate sobre a importância dos sujeitos no controle de suas ações referentes ao espaço em que vivem. Para propor uma discussão coerente acerca do território como o resultado da interação entre o homem e meio físico e social e das territorialidades como o conjunto de ações sobre a apropriação do território, é necessário explicitar o que é o espaço e o território, enfatizando a relação entre ambos (Morais, 2018).



Por muitas vezes o conceito de território é confundido com o de espaço, o que torna oportuno uma breve discussão que nos permita diferenciar ambos. Como sugerido por Eduardo (2006), diversos autores iniciam suas discussões sobre território partindo do pressuposto de que ele é efetivado a partir da apropriação social do espaço. Apesar de esta ser a compreensão correta, o mesmo autor salienta que ao partirem desse pressuposto, muitos pesquisadores apenas tratam o espaço como sinônimo de chão. Ainda assim, é evidente que existem diferenciações entre espaço e território, isto é, eles não podem ser tratados como sinônimos. “O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico” (Haesbaert; Limonad, 2007, p. 42), ou seja, o território existe no espaço.

Saquet (2009) faz questão de pontuar que o espaço corresponde ao ambiente natural e ao ambiente organizado socialmente, já o território é um produto, ou seja, uma construção feita de ações históricas que vão se concretizando no espaço em momentos distintos, sendo o fruto da dinâmica socioespacial. O homem age e interage no território, que é o espaço de seu habitat, para produzir e viver (Saquet, 2006). Estes (espaço e território) nunca poderão ser separados, visto que se não existir o espaço não há territórios (Haesbaert, 2009); “o espaço é indispensável para a apropriação e reprodução do território” (Saquet, 2009, p. 83).

Sumarizando os autores supracitados, o território é, portanto, uma construção realizada historicamente por uma série de atores que se relacionam em um espaço geográfico. Ele é o produto da reprodução social desses atores. Nesse sentido, as dimensões de análise utilizadas para estudar o território não devem considerá-lo como algo natural, mas um produto social que surge do acontecer histórico da sociedade. Segundo Moraes (2018), essa concepção permite uma leitura do território, que tem como foco o processo da territorialização dos atores no espaço. O processo de territorialização não é linear, visto que se trata da relação do homem com o espaço no decorrer de sua vida, carregando e refletindo dinâmicas culturais, econômicas e políticas da sociedade no curso de sua existência no mundo.

Na atualidade, o conceito de território e as discussões são cada vez mais encontrados em trabalhos acadêmicos explicando, de diferentes formas e de maneira multidimensional, como é feita a apropriação do espaço, constituindo o território (Fuini, 2017). Uma das principais concepções

de território é vista no trabalho de Raffestin (1993), um dos pioneiros da abordagem territorial. Embora sua análise tenha como foco a dimensão econômica, o autor reconhece a importância e a complementaridade entre as esferas da economia, política e cultura- explorados melhor mais à frente no texto. Tem-se então que o território para Raffestin (1993) é produzido por uma rede de relações criadas por indivíduos ou grupos de indivíduos, de forma multidimensional. O território não pode ser nada além do produto criado por essa rede, e são esses atores, no mantimento das relações entre si e com a natureza, que o criam a partir da realidade inicial, o espaço.

Essa definição de território dada por Raffestin (1993) vai ao encontro de outras já abordadas; contudo, um aspecto a ser destacado em seus trabalhos diz respeito à pluralidade de sua abordagem. Como bem apontado em suas reflexões, Souza e Pedon (2007) concluem que o território pode ser analisado a partir de diferentes dimensões, como das relações de poder, mas também como sendo o palco de ligações afetivas e de identidade entre os atores sociais com seu espaço. Isso ainda é salientado por Saquet (2006) ao afirmar que não se deve esquecer a multidimensionalidade em relação ao que este autor denominou território - este como sendo o resultado de relações de poder do Estado, sistema de empresas, organizações e de indivíduos.

Uma vez que se entende a importância da evolução na abordagem do território, que passa a considerá-lo como multidimensional, passa-se a discutir formas para compreender essa construção do território a partir das diversas dimensões. Para tanto, os trabalhos de Haesbaert (1995, 1997, 2004, 2007) são de suma importância. O autor afirma o território como sendo o fruto das interações sociais entre indivíduos-natureza, só podendo ser compreendido quando se abordam suas dimensões.

Em Haesbaert (1995, 1997, 2004), três principais vertentes são desenvolvidas: a) “política ou jurídico-política”, que é visto como um espaço delimitado, onde por meio de um controle se exerce um determinado poder, geralmente relacionado ao poder do Estado; b) “econômica ou economicista”, o território incorporado na relação capital-trabalho, no embate de classes sociais ou visto como fonte de recursos; c) “cultural, culturalista ou simbólico-cultural”, em que se prioriza uma dimensão mais subjetiva, em que o território é tido como produto de apropriação, resultado da valorização de um grupo em relação ao espaço vivido.

Essas definições são importantes para entender que o território é fruto de uma larga escala de fatores que transitam em diferentes dimensões, o que dá ao território diferentes significados, mas que estão sempre em sintonia com o todo. De acordo com Saquet (2015), a abordagem multidimensional compreende que o território é fruto das diferentes relações de poder, de conflitos, de desigualdades, de redes, entre outros aspectos econômicos, políticos e culturais. Além disso, o autor acrescenta uma dimensão natural/ambiental, que diz respeito às dinâmicas relacionais que envolvem o espaço físico em questão e os impactos causados no meio ambiente (Saquet, 2015). Nesse sentido, é necessário que sejam estabelecidas categorias analíticas que vão abranger as diferentes dimensões do território e que devem ser analisadas como uma soma. Aprender a totalidade permite que se compreenda tanto os aspectos gerais como os mais específicos e profundos que constituem um território.

A territorialidade é abordada especialmente nos trabalhos de Dematteis (2005), Raffestin (1993), Soja (1971) e Sack (1986). O primeiro considera a territorialidade como sendo a soma das relações sociais, econômicas, culturais e políticas que são produzidas pelos atores sociais (Dematteis, 2005). Já para o segundo autor as territorialidades são construídas na relação sociedade-natureza, ou seja, elas são múltiplas e envolvem os diversos atores que fazem parte do processo de territorialização (Raffestin, 1993). Para o terceiro, trata-se de diferentes comportamentos sociais que se somam e fazem parte da construção identitária dos agentes no território (Soja, 1971). Por fim, o quarto autor compreende territorialidade como ações que visam controlar determinados espaços (Sack, 1986).

No campo da antropologia, Little (2004) define a territorialidade como sendo um acúmulo do esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar e pertencer a uma parcela específica de seu ambiente de vida, convertendo esse espaço em seu lar, seu território. Retomando Raffestin (1993), ao falar de territorialidades, o autor destaca que os homens vivem o território, esse processo é visto por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. As territorialidades são vistas no cotidiano da vida dos homens. Sobre esse ponto, Saquet (2010) acrescenta que a territorialidade é a tradução do conjunto de tudo aquilo que se vive diariamente; elas (territorialidades) estão nas relações com o trabalho, com o não trabalho, com a família etc. Nesse sentido, a territorialidade também está ligada às relações sociais e culturais, além das atividades diárias do homem na natureza (Ferreira, 2014).

Por territorialidade, portanto, devemos compreender como é o agir social dos atores no território a partir da mediação simbólica, cognitiva e prática. Tem-se, então, que o território é uma construção social, histórica e de relações e territorialidades, que se constitui dos processos de apropriação de um espaço pelas pessoas que o dominam. Ele resulta do processo de territorialização e das territorialidades que surgem nas relações vivenciadas pelos sujeitos, pelos grupos, pelos agentes sociais no espaço-tempo. As territorialidades são o desenrolar das atividades e relações diárias efetuadas no território; elas correspondem ao cotidiano presente no trabalho, na família, na igreja, nas lojas, nos bancos, nas escolas, nos ritos e costumes, nas organizações etc. (Saquet, 2006, 2010). Está ligada ao dia a dia e ao lugar de vivência dos indivíduos e dos grupos sociais. Trata-se, portanto, do reflexo das dimensões política, econômica e sociocultural no cotidiano das pessoas (Ferreira, 2014).

Alguns trabalhos destacam aspectos metodológicos da abordagem do território e suas territorialidades. Rambo e Filippi (2012) destacaram que o desenvolvimento do território remete às relações de poder que lhe dão corpo. Segundo esses autores, essas relações dão usos ao território e devem ser melhor observadas metodologicamente. Essas concepções remetem a Cox (1998), que destacava, além das relações de poder em si, o fato de elas acontecerem de forma multiescalar e multidimensional. Mais recentemente, dois trabalhos de Saquet (2014, 2018) discutiram a abordagem territorial: no primeiro, o autor destaca o aspecto relacional e acrescenta o caráter histórico, deixando claro que o território se forma de modo não linear, por meio das relações que se constroem nos diferentes momentos históricos dos indivíduos; já no segundo trabalho, o autor acrescenta as questões de conflitos e heterogeneidade que também compõem o território e devem ser considerados do ponto de vista metodológico.

Dentre todas as questões mais abrangentes, a perspectiva relacional é a que mais se destaca. É preciso compreender as relações que se formam nos territórios. Moura e Moreira (2014) pontuam algumas questões que devem ser observadas nos estudos que utilizam a abordagem territorial. Esses pontos são indicativos que devem estar presentes nas análises territoriais, principalmente quando se pensa em estratégias de desenvolvimento territorial: Quais são os atores que estão envolvidos e em que? Quais são as estratégias utilizadas? Qual o nível de intervenção dos diferentes atores? Quais os atores e os recursos mais importantes? Como se configuram/organizam os espaços de atuação dos atores? Esses pontos compreendem tanto como se organiza como também como se relacionam os atores no território.

Outra importante característica é a multidimensionalidade das relações. Fuini (2017) propõe elementos metodológicos multidimensionais, que consideram os atores e as relações. A dimensão política se refere às regras de controle do território e como os diferentes atores que se envolvem planejam e se organizam de forma a viabilizar estruturas, regular ações, repassar recursos e renda para a população etc. Na dimensão econômica, o autor inclui o conjunto das atividades produtivas que fazem parte do dia a dia do território e dos atores que nele vivem, diz respeito à infraestrutura, aos fluxos de trabalho e comercialização etc. Na dimensão cultural, é incluída uma série de manifestações culturais que são (re) criadas nas territorialidades desenvolvidas historicamente e fazem parte do cotidiano dos atores. E na dimensão ambiental, o autor se refere ao recorte físico que será analisado, como são utilizados os recursos naturais e quais são os impactos das diferentes ações e circulações rotineiras.

Portanto, compreende-se que o território é uma construção social e histórica, resultante das relações entre os sujeitos e o espaço geográfico, manifestando-se por meio das territorialidades. Essas práticas cotidianas e relacionais - econômicas, políticas, culturais e ambientais - expressam como os atores sociais se apropriam, transformam e valorizam o território. Nesse sentido, o desenvolvimento regional não se reduz a indicadores macroeconômicos, mas se concretiza na dinâmica local, nas interações sociais e nas práticas de apropriação do espaço. Assim, analisar território e territorialidades permite compreender como as ações dos indivíduos e grupos no território influenciam e promovem o desenvolvimento regional, evidenciando que a evolução econômica, social e cultural de uma região está intrinsecamente ligada à forma como seus habitantes vivem, produzem e interagem com o espaço que ocupam.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se caracterizou como exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa. Pesquisas exploratórias possibilitam o desenvolvimento de conceitos de forma mais clara para se compreender o fenômeno, enquanto pesquisas descritivas possibilitam a descrição do fenômeno ou suas características (Cooper; Schindler, 2003). Neste estudo, considerou-se como fenômeno o mel produzido pelos ribeirinhos no Pantanal sul-mato-grossense -considerando que o Mel do Pantanal possui Indicação Geográfica (IG) do tipo Indicação de Procedência (IP) desde 2015 (Fernandes *et al.*, 2019). A abordagem qualitativa foi escolhida por se tratar de uma forma



de pesquisa muito relevante quando o fenômeno é relativamente novo ou pouco conhecido e ainda pelo interesse em entender com mais detalhes a natureza do campo de estudo (Richardson, 2008; Sampieri; Collado; Lucio; 2013).

A pesquisa foi realizada em duas etapas, uma não estruturada e outra estruturada. Na fase não estruturada, foram ouvidos pilotos de barcos pequenos, moradores da região pantaneira próxima ao rio Paraguai e pessoas ligadas ao turismo (proprietária de uma empresa de turismo e turistas de pesca); foram feitas anotações no diário de pesquisa. Assim, foram identificados ribeirinhos no Paraguai Mirim que produziam mel (Entrevistados 1, 2 e 3) e ofertavam para os turistas, bem como um Centro de Processamento de Mel na Vila do Amolar, que era gerenciado por um casal de ribeirinhos (Entrevistados 4 e 5) e gerido por uma ONG. Na fase estruturada, considerou-se como sujeitos da pesquisa três ribeirinhos da comunidade do Paraguai Mirim e dois da comunidade da Vila do Amolar, localizados no rio Paraguai, no Pantanal, em Corumbá, Mato Grosso do Sul. Foi utilizado um roteiro semiestruturado sobre o espaço, o território, as territorialidades e as relações de poder considerando o Mel no e do Pantanal. As entrevistas foram gravadas e transcritas; também foram feitas ações no diário de pesquisa e registros fotográficos.

A fundamentação teórica sobre território, territorialidades e desenvolvimento regional orientou diretamente as escolhas metodológicas desta pesquisa. A seleção das comunidades do Paraguai Mirim e da Vila do Amolar considerou a diversidade de formas de apropriação do espaço e de práticas produtivas relacionadas ao mel, permitindo observar diferentes territorialidades em contextos socioculturais distintos. O roteiro semiestruturado das entrevistas foi elaborado a partir dos conceitos de relações de poder e apropriação do território, possibilitando a captura de informações sobre práticas econômicas, sociais e culturais que moldam o desenvolvimento regional.

Os entrevistados foram informados previamente sobre os objetivos, métodos, possíveis riscos e benefícios do estudo, assegurando compreensão e participação voluntária. Foi obtido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, respeitando a autonomia dos participantes e o direito de se retirarem da pesquisa a qualquer momento ou de não responderem a perguntas caso não se sentissem confortáveis. O anonimato e a confidencialidade foram rigorosamente preservados por meio da codificação das informações coletadas, protegendo a identidade e dados sensíveis. Ademais,

a pesquisa respeitou os hábitos, rotinas e práticas culturais das comunidades, evitando qualquer interferência ou impacto negativo em suas atividades diárias.

A análise sintetiza os dados coletados na pesquisa de acordo com a teoria apresentada e conforme a análise de conteúdo e a elaboração de relatórios. Bardin (2004) coloca que a análise de conteúdo é conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistematizados e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A análise de conteúdo foi guiada pela compreensão do território como construção histórica e social e das territorialidades como manifestações concretas das interações dos atores no espaço, permitindo que os dados coletados fossem interpretados em consonância com o referencial teórico e revelassem as dinâmicas socioterritoriais presentes na produção do Mel no/do Pantanal. Ainda sobre a análise, Eisenhardt (1989) apontou ser comum a elaboração de relatórios detalhados que, frequentemente, são puras descrições, porém fundamentais para o desenvolvimento da ideia. Os dados brutos coletados no campo (diários de pesquisa e transcrições das entrevistas) foram revistos e corrigidos, permitindo a inclusão de anotações reflexivas. No processo de coleta e análise dos dados, houve uma multiplicidade de dados, informações e conteúdo.

ACHADOS DA PESQUISA: TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E MEL

Nesta seção são apresentados os achados da pesquisa, discutindo o espaço, o território, as territorialidades - considerando as dimensões política, econômica e cultural - e as relações de poder em torno do Mel no/do Pantanal.

ESPAÇO, TERRITÓRIO E O MEL DO PANTANAL

De acordo com Saquet (2009), o espaço é o ambiente natural e organizado socialmente. A pesquisa considerou os ribeirinhos das comunidades do Paraguai Mirim e da Vila do Amolar, no Pantanal sul-mato-grossense, em Corumbá. O Pantanal, em sua porção brasileira, é um bioma caracterizado por ser uma planície inundável nos estados de Mato Grosso do Sul (25%) e Mato Grosso (7%) (Silva; Abdon, 1998). Mioto, Paranhos Filho e Albrez (2012) identificaram as subregiões no Pantanal, sendo o Paraguai uma delas, com uma área de 3.015 m² que corresponde a 2% de toda planície pantaneira (de um total de 140.640 km² de Pantanal). O rio Paraguai, que dá nome



a subregião, faz parte da Bacia da Prata, abrangendo o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai. O rio Paraguai flui de norte para o sul, percorrendo uma extensão de 2.621 km, desse total, 1.693 km estão localizados em território brasileiro (Steinke; Saito, 2010; Silva; Souza, 2012; Santana; Silva; Silva, 2017).

O ser humano age e interage no território, que é seu espaço de habitação, produção e vivência (Saquet, 2006), que foi construído e reconstruído de forma histórica e socialmente a partir das relações de poder (Haesbaert; Limonad, 2007). Ao longo do rio Paraguai existem várias comunidades ribeirinhas. Sendo assim, a pesquisa considerou os ribeirinhos do Paraguai Mirim e da Vila do Amolar, que são comunidades próximas que compartilham do mesmo território. É muito comum em toda a região abrangida a produção de iscas para atender a demanda dos turistas de pesca - que é o turismo mais comum em Corumbá, Mato Grosso do Sul. As famílias veem na produção de iscas a principal oportunidade de gerar renda; na contramão disso, consideramos a produção de mel.

O mel foi escolhido devido a alguns fatores; o principal deles é que o Mel do Pantanal é uma iniciativa da Embrapa Pantanal, que obteve o registro de Indicação Geográfica (IG) do tipo Indicação de Procedência (IP), concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) em 2015, e pode ser utilizado como um grande diferencial para o território (Reis; Bijos; Menegazzo, 2015). A Embrapa Pantanal definiu os critérios com os procedimentos mínimos que devem ser adotados para a produção apícola no Pantanal (Fernandes *et al.*, 2019). São aproximadamente dois mil apicultores em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que podem se beneficiar com a IG do Mel do Pantanal (Mel [...], 2015).

A IG garante a proteção do nome geográfico e obtém uma diferenciação do produto com exclusividade no mercado (Joia, 2021). A produção do Mel do Pantanal é certificada com o selo para a comercialização e outros fins quando a atividade ocorrer na área delimitada como Pantanal dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O apiário é certificado como produtor de Mel do Pantanal somente após a inspeção do Comitê Gestor. É necessário seguir as Boas Práticas Apícolas, e o processamento deve ser realizado em uma unidade com algum tipo de serviço de inspeção (municipal, estadual ou federal) (Reis; Bijos; Menegazzo, 2015).

Apesar desta iniciativa, a ideia do Mel do Pantanal parece não ser difundida entre as comunidades ribeirinhas, e foram percebidos discursos divergentes na fase não estruturada. Considerando o Pantanal como território e o mel como ponto de partida, a pesquisa se estruturou no sentido de descrever o território e as territorialidades em torno da produção de mel - mesmo não sendo o Mel do Pantanal. A comunidade do Paraguai Mirim é propícia para a pesca, portanto há um grande fluxo de turistas. Foi identificado um ribeirinho que produz mel (Entrevistado 1) e um casal de ribeirinhos que produziam mel (Entrevistados 2 e 3) - “Mel no Pantanal”. Na Vila do Amolar, que é uma área de turismo de pesca e de experiência (parece ser uma nova modalidade), é onde se localiza um Centro de Processamento de Mel, vinculado a uma ONG e gerenciado por um casal de ribeirinhos (Entrevistados 4 e 5) - Mel do Pantanal.

MEL, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

O território é uma construção, um produto da reprodução social dos atores (Moraes, 2018), que ocorre a partir da complementaridade entre as dimensões econômica, política e cultural (Haesbaert; 1995, 1997, 2004). Percebeu-se no território estudado, o Pantanal, a intrínseca relação com o turismo; assim, o que gira a economia nas comunidades são os turistas, que adquirem previamente pacotes de viagem completos com transporte/estadia e alimentação inclusos. A atividade econômica principal no território se dá em torno do turismo de pesca. Os ribeirinhos voltam suas produções para atender a esse público (oferecendo iscas) e, secundariamente, oferecem outros bens e serviços, sendo um deles o mel.

Em termos políticos, percebe-se a existência de comunidades com controles delimitados. Na Vila do Amolar há a presença de um agente de turismo com espaço privado e infraestrutura para receber os turistas. Nesse ambiente, há o espaço do Centro de Processamento de Mel, que é gerido por uma ONG e atende aos turistas interessados. Há alguns poucos ribeirinhos - existem casas de alvenaria neste local. A comunidade do Paraguai Mirim parece ser igualitária: há ribeirinhos, a maioria morando em casas de palafita, e todas elas são de madeira. Entretanto, viu-se muita ligação (ou dependência) com pessoas externas - com o presidente da ONG (a mesma da Vila do Amolar) e com outro agente de turismo que explora a região e fez parceria com apenas uma família de ribeirinhos. Em ambas as comunidades descritas não se notou forte o poder do Estado nas comunidades.



A relação dos ribeirinhos com o mel nos casos analisados se difere. Os ribeirinhos do Paraguai Mirim utilizam meios de produção que se prendem à forma histórica de relação entre homem e natureza: de contato direto, no “meio do mato”. Os ribeirinhos da Vila do Amolar se apropriam do nome Mel do Pantanal; reúnem os requisitos para ter a IG, mas ainda não têm o selo, e todas as dinâmicas em torno do mel assumem uma forma mais sofisticada. As distintas dinâmicas são territorialidades que se diferenciam e que parecem trazer consigo um conteúdo de relação de poder a partir da instalação do Centro de Processamento - ou seja, a produção de mel é feita de forma distinta pelas comunidades ribeirinhas, e, de forma geral, o que se percebeu no território são relações humanas em torno de duas realidades, o “Mel no Pantanal” (nome para identificar a produção de mel que não se apropria da IG) e o Mel do Pantanal (produção de mel que pode se utilizar da IG).

“MEL NO PANTANAL”, MEL DO PANTANAL, TURISMO E RELAÇÕES DE PODER

O “Mel no Pantanal” no Paraguai Mirim é uma produção rústica, caseira, cultural e manual, que se utiliza das colmeias na natureza - ou “cachopa”, como eles próprios colocam. O ribeirinho demonstra ter uma relação com o meio ambiente quando fala da importância de se controlar as queimadas, mas, contraditoriamente, se utiliza de fumaça para o manejo com as abelhas. Não é possível garantir a segurança do produto oferecido, devido às condições de trabalho e processamento, mas se entende que a renda gerada é direcionada diretamente para a família ribeirinha que o produziu.

Existe um outro agente que faz parte das dinâmicas de poder em torno do mel e que também contribui para desenvolvimento de novas territorialidades. O turismo é uma prática muito forte na região estudada, e agentes de turismo se inserem nas territorialidades em torno do mel. Há um agente de turismo que fez parceria e colocou uma família ribeirinha produtora de mel no roteiro turístico - essa parceria ficou restrita a uma família. Outras famílias que quiserem (ou voltarem) a produzir mel deverão buscar meios de comercialização, podendo ser com esse agente ou ocorrer nas feiras e varejos de Corumbá, Mato Grosso do Sul, como já foi feito anteriormente. O “Mel no Pantanal”, independente da família ribeirinha que o produz, não tem rótulo; a garrafa em que se comercializa o produto é reutilizada, e os produtores desconhecem a questão de selo, IG e informações concretas sobre o Mel do Pantanal.

O Mel do Pantanal, na Vila do Amolar, se trata de uma espécie de miniagroindústria, com o mel produzido a partir de abelhas criadas em caixas e o processo produtivo sendo realizado em um ambiente adequado (Centro de Processamento de Mel), conforme as normas sanitárias, com máquinas e equipamentos para essa produção - inclusive com acesso a água potável. Apesar de toda estrutura, a produção de mel é baixa. O casal de ribeirinhos que gerencia o centro também demonstra relação com o meio ambiente; falam da importância das árvores e das flores, mas o discurso não se aprofunda, e apontam que a localidade, Vila do Amolar, não é a mais apropriada para a produção de mel.

Neste sentido, o casal de ribeirinhos está capacitando as mulheres da comunidade do Canal do Bonfim para a produção de mel a partir de abelhas criadas em caixas - uma proposta da ONG. As pessoas dessa comunidade poderão utilizar o Centro de Processamento, mediante agendamento e compromisso de seguir os protocolos de boas práticas, podendo assim utilizar do selo da IG do Mel do Pantanal - entretanto, ainda não se apropriaram. O produto produzido no Centro tem rótulo (não traz todas as informações do alimento); o recipiente é padronizado (frascos e tampas herméticas), e a renda gerada é parte do produtor, parte da ONG.

Mediante ao que foi apresentado e concordando com Souza e Pedon (2007), o território pode ser analisado a partir das relações de poder, e Saquet (2015) complementa colocando os conflitos e as desigualdades. Considerando o posicionamento dos próprios ribeirinhos, alguns julgamentos são percebidos considerando o método de produção do mel. Alguns falam que o “Mel no Pantanal” é impuro e outros afirmam ainda que “o Mel do Pantanal nem é mel”, uma vez que as abelhas são alimentadas com açúcar e água. Essas divergências podem ser consideradas conflitos de poder. Relações de poder são fundamentais para compreender as dinâmicas socioterritoriais.

Uma marca, como a IG, ou um agente do setor turístico podem assumir um papel de imposição de poder no território, o que ajuda a compreender a não adesão da marca ou a pouca participação do turismo em relação aos ribeirinhos que aderem à IG. Entretanto, não percebem que todos poderiam ganhar (em termos econômicos) se unissem saberes e práticas, se compartilhassem espaços - em especial, o Centro de Processamento -, oferecendo mel com qualidade e segurança e gerando renda para os ribeirinhos de todo o território. Juntos, teriam mais voz e visibilidade, podendo negociar com agentes do turismo e até mesmo exigir apoio do poder público. Uma possível solução e alinhamento de estratégias e dinâmicas de poder podem ser associados pautadas em ações e decisões coletivas.



Para além das comunidades ribeirinhas, tal como Rambo e Filippi (2012) reforçam, o território remete às relações de poder, e aqui destacam outros atores do território, mas que têm forte relacionamento com a comunidade ribeirinha. A Embrapa Pantanal parece deter o conhecimento sobre o processo de apropriação da IG do Mel do Pantanal, sendo, portanto, um ator relevante para o desenvolvimento da produção de mel do território. A ONG pode ser uma parceira da Embrapa nesse processo, inclusive envolvendo toda a comunidade ribeirinha, informando/facilitando o acesso ao Centro de Processamento do Mel. Os agentes de turismo também podem ser parceiros dos ribeirinhos, pensando em estratégias de comercialização junto aos turistas e trabalho em conjunto com os membros do *trade* turístico. Por fim, o poder público local poderia se envolver em atividades e mobilizar atores, estes e outros, em torno do mel, gerando externalidades positivas para além da qualidade de vida dos ribeirinhos do território. Todos esses agentes podem se envolver com as dinâmicas socioterritoriais em torno do mel, contudo, os conflitos de poder também têm o potencial de aumentar.

Experiências em outras regiões, como a Amazônia, a Serra Gaúcha e Urussanga-SC, mostram que a IG pode ser vetor de desenvolvimento regional ao promover inclusão produtiva, turismo de qualidade e maior arrecadação, mas também pode gerar exclusão social se houver concentração de poder e renda (Flores, 2007; Velloso, 2008; Farias, 2022). Carvalho, Pereira e Ferraz (2017) reforçam que o sucesso da IG depende de relações socioculturais, competências dos atores e integração em mercados consumidores.

Dessa forma, o presente estudo evidencia que o desenvolvimento regional está intrinsecamente ligado às práticas sociais, econômicas e culturais presentes no território. As diferentes formas de produção e apropriação do mel refletem as territorialidades dos ribeirinhos, que interagem com o espaço e com outros atores em relações de cooperação e conflito. A IG do Mel do Pantanal emerge como um instrumento capaz de articular essas práticas, criando oportunidades para aumentar a renda, fortalecer a identidade local e promover inclusão social, desde que os atores compartilhem saberes e recursos. Assim, compreender o território como construção social e histórica, mediado por relações de poder e territorialidades, permite perceber que o desenvolvimento regional não é apenas uma dimensão econômica, mas um processo complexo, moldado pela interação entre indivíduos, instituições e espaços, refletindo a integração entre recursos, cultura, tecnologia e organização comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar o território, as territorialidades e as relações de poder na produção de mel pela percepção dos ribeirinhos do Pantanal. Para isso, recorreu-se a um recorte considerando duas comunidades: o Paraguai Mirim e a Vila do Amolar. A partir da descrição do espaço e do território (Pantanal e subregião do Paraguai) e da explicação sobre o Mel do Pantanal, procurou-se compreender o território e as territorialidades em torno da produção de mel para então analisar as relações de poder.

O principal achado da pesquisa é que, apesar de estarem no mesmo território, foram identificadas duas realidades, o “Mel no Pantanal” e o Mel do Pantanal. As diferenças são culturais, sociais, políticas e econômicas; apoiam-se principalmente na apropriação da Identificação Geográfica (IG) e nas relações que as comunidades têm com outros atores. O “Mel no Pantanal”, no Paraguai Mirim, não se apropria da IG, mas da cultura. A produção não segue as boas práticas; utilizam-se de colmeias da natureza, possuem parceria com um agente de turismo e têm produtividade relativamente alta. Já o Mel do Pantanal, na Vila do Amolar, reúne os requisitos técnicos para se apropriar da IG, mas com uma produção baixa, e os apicultores procuram seguir as normas sanitárias no Centro de Processamento do Mel. Viu-se também, no desenvolver da pesquisa, que o turismo, enquanto agente, possui dinâmicas e relações de poder no território.

Diante deste rápido contexto e considerando as relações de poder, surgem alguns apontamentos: 1) Seria interessante que os ribeirinhos do Paraguai Mirim fossem sensibilizados/capacitados quanto às boas práticas de produção de mel e quanto à IG do Mel do Pantanal; 2) O Centro de Processamento de Mel da Vila do Amolar poderia se adequar e se apropriar da IG do Mel do Pantanal e talvez até capacitar os ribeirinhos do Paraguai Mirim, inclusive possibilitando a utilização do local; 3) Os agentes de turismo e o poder público local têm interesse, para além do turismo de pesca, no desenvolvimento do Mel do Pantanal e poderiam apoiar e divulgar esse produto; e 4) O mercado consumidor parece reconhecer a IG do Mel do Pantanal com possível disposição para pagar mais por esse produto com o selo.

As relações de poder analisadas ao longo do texto travam o processo, mas podem se voltar para desenvolver o território a partir do Mel do Pantanal, com ações coordenadas e articuladas



entre todos os atores do território. Não se propõe aqui uma solução, porém os apontamentos supracitados podem ser o início de reflexões neste sentido.

As territorialidades dos ribeirinhos, manifestadas nas diferentes formas de apropriação do mel, revelam como o espaço geográfico é vivido, produzido e transformado historicamente. A IG, enquanto instrumento de valorização do produto e reconhecimento do território, possui potencial para articular essas práticas, promover inclusão social, fortalecer identidades locais e impulsionar a economia regional. Dessa forma, compreender território, territorialidades e desenvolvimento regional como dimensões interdependentes permite perceber que o progresso local é resultado de processos complexos de interação entre indivíduos, comunidades, instituições e espaços, refletindo a dinâmica social e histórica do Pantanal.

O presente estudo apresenta limitações, visto que focou no território, nas territorialidades e nas relações de poder na produção de Mel no/do Pantanal a partir da perspectiva de alguns ribeirinhos; assim, os achados não devem ser generalizados - ficando restritos a tempo, espaço e sujeitos da pesquisa. Apesar das limitações, o estudo traz contribuições teóricas e sociais. As contribuições teóricas envolvem o território na produção de mel, considerando as relações de poder existentes nessa realidade. As contribuições sociais estão no sentido de promover uma reflexão sobre a produção de mel e a apropriação da IG.

Estudos futuros poderão propor pesquisas qualitativas quanto aos outros atores do território que possuem forte ligação com os ribeirinhos na produção de mel: Embrapa Pantanal, agentes de turismo, ONG e poder público local. Seria interessante também entender mais sobre a difusão e os entraves para apropriação do Mel do Pantanal pelos ribeirinhos, dentre outros estudos.

AGRADECIMENTOS:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).



REFERÊNCIAS

- ABREU, Deivy Batista; BRAGA, Marcos. Territórios e territorialidades em Vista Alegre e o contexto de desenvolvimento regional. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos*, Manaus, v. 19, n. 1, p. 147-168, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/6372>. Acesso em: 6 set. 2022.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- CARVALHO, Ícaro Célio Santos de; PEREIRA, João Pedro de Castro Nunes; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. Indicação geográfica e desenvolvimento local: Uma análise sob o enfoque da dinâmica territorial. *Revista Espacios*, v. 38, n. 9, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n09/a17v38n09p27.pdf>. Acesso em: 3 set. 2022.
- COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. *Métodos de Pesquisa em Administração*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- COX, Kevin R. *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. New York: The Guilford Press, 1998.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Geografia democrática, território e desenvolvimento local, *Formação*, n. 12, v. 2, 2005, p. 11-26.
- DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca. *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: Il modello SLoT*, Franco Angeli, 2005.
- DORNELES, Tathiane Marques; BINOTTO, Erlaine; SILVA, Heloiza Cristina Holgado; RODRIGUES, Wesley Osvaldo Pradella. Análise dos atributos das transações e estruturas de governança do setor apícola de Mato Grosso do Sul. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 10, n. 2, 2014. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v10i2.1349>. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/1349>. Acesso em: 3 fev. 2023.
- EDUARDO, Márcio Freitas. Território, trabalho e poder: por uma Geografia relacional. *Campo-Território*, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT1211790>.
- EISENHARDT, Kathleen M. Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, Briarcliff Manor, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.
- FARIAS, Ana Priscila de Souza. *Indicações Geográficas na Amazônia Paraense: para além do desenvolvimento territorial da IG do Queijo do Marajó, na microrregião do Arari (PA)*. 2022. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- FERNANDES, Ana H. B. M.; CATELLA, Agostinho C.; SORIANO, Balbina M. A.; URBANETZ, Catia; CARDOSO, Evaldo L. Cardoso; FERNANDES, Fernando A.; BERGIER, Ivan; COMASTRI, José A.; SALLIS, Suzana M.; TOMAS, Walfrido M. Bioma Pantanal: oportunidades e desafios de pesquisa para o desenvolvimento sustentável. In: VILELA, Evaldo Ferreira; CALLEGARO, Geraldo Magela; FERNANDES, Geraldo Wilson (Org.). *Biomass e agricultura: oportunidades e desafios*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciência: FAPEMIG, 2019.
- FERREIRA, Denilson da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. *Campo-Território*, v. 9, n. 17, p. 111-135, 2014. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT91719883>.
- FLORES, Murilo Xavier. *Da solidariedade social ao individualismo: um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha*. 2007. 311 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- FUINI, Lucas Labigalini. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 26, n. 1, p. 221-242, jan./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/dx.doi.org/10.15446/rcdg.v26n1.56791>.
- HAESBAERT, Rogério C. A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e temas*. 5. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.



HAESBAERT, Rogério C. Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

HAESBAERT, Rogério C. Definindo território para entender a desterritorialização. In: HAESBAERT, Rogério C. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 35-98.

HAESBAERT, Rogério C. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, Rogério C. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério C.; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Etc: Espaço, Tempo e Crítica. Niterói, UFF, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.1999.49049>.

JOIA, Paulo Roberto. Efetividades e possibilidades de industrialização no município de Aquidauana-MS. Revista Pantaneira, v. 19, p. 79-94, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revpan/article/view/13708>. Acesso em: 5 maio 2022.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento regional: principais teorias. Revista Thêma et Scientia, v. 5, n. 2, 2015.

MAGNAGHI, Albert. Il Progetto Locale: verso la coscienza di luogo. Bollati Boringhieri, Torino, 2010.

MEL do Pantanal vira referência Nacional. SEMADESC - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Governo de Mato Grosso do Sul, 18 mar. 2015. Disponível em: <https://www.semagro.ms.gov.br/mel-do-pantanal-vira-referencia-nacional/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MIOTO, Camila Leonardo; PARANHOS FILHO, Antonio Conceição; ALBREZ, Edilce do Amaral. Contribuição à caracterização das sub-regiões do Pantanal. Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 3, n. 6, p. 165-180, 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/2453>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MORAIS, João Rafael Gomes de. Territorialidade(s) Camponesa(s): por uma abordagem socioambiental. Praça, Recife, v. 2, n. 1, 2018, p. 151-177.

MOURA, Joana Vaz; MOREIRA, Ivaldo Sousa. A abordagem territorial do desenvolvimento a partir da perspectiva relacional: uma proposta teórica preliminar. Redes, v. 19, n. 1, p. 58-73, 20 fev. 2014. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v19i1.2454>.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do Poder. SP: Ática, 1993.

RAMBO, Anelise Graciele; FILIPPI, Eduardo Ernesto. A abordagem territorial e escalar nos estudos sobre o desenvolvimento rural: uma proposta teórico-metodológica. Ambiência (UNICENTRO), v. 8, p. 699-719, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5777/ambiencia.2012.03.06>

REIS, Márcio Carneiro dos; MAIA, Marcelo Maciel. Trajetórias tecnológicas tradicionais, novas territorialidades e desenvolvimento regional por meio de políticas em C&T. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27.; JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, 8., 2009, Buenos Aires. Anais [...]. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-062/21.pdf>.

REIS, Vanderlei Doniseti Acssio dos; BIJOS, Gustavo Nadeu; MENEGAZZO, Márcio Alexandre Diório. Caderno de Normas do Regulamento de Produção da Indicação do Mel do Pantanal. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2015. (Embrapa Pantanal. Documentos, 137). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1037107/1/DOC137.pdf>. Acesso em: 11 maio 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. Altas: São Paulo, 2008.



- SACK, Robert David. Human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SANTANA, Lígia Lopes Teixeira de; SILVA, Aguinaldo; SILVA, Beatriz Lima de Paula. A importância das “freteiras” para as comunidades ribeirinhas do Pantanal. Revista GeoPantanal, Corumbá/MS, n. especial, p. 247-264, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/4558>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- SAQUET, Marcos Aurelio. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. Campo-Território, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT1111780>.
- SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009, p. 73-94.
- SAQUET, Marcos Aurelio. Abordagens e concepções de território. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SAQUET, Marcos Aurelio. Territorialidades, relações campo-cidade e ruralidades em processos de transformação territorial e autonomia. Campo-Território, v. 9, n. 18, p. 1-30, jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT91826896>.
- SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.
- SAQUET, Marcos Aurelio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., São Paulo, v. 20, n. 3, p. 479-505, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n3p479>.
- SILVA, João dos Santos Vila da; ABDON, Myrian de Moura. Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v. 33, Número Especial, p. 1703-1711, out. 1998.
- SILVA, Rosimeire Vilarinho da; SOUZA, Célia Alves de. Ocupação e degradação na margem do Rio Paraguai em Cáceres, Mato Grosso. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 8, n. 1, 2012. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v8i1.587>.
- SOJA, Edward W. The Political Organization of Space. Washington, D.C: AAG Comission on College Geography, 1971.
- SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e Identidade. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Três Lagoas, ano 4, v. 1, n. 6, p. 126-148, nov. 2007.
- STEINKE, Valdir Adilson; SAITO, Carlos Hiroo. Avaliação geoambiental do território brasileiro nas bacias hidrográficas transfronteiriças. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/267>. Acesso em: 14 abr. 2022.
- VELLOSO, Carolina Quiumento. Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (um estudo de caso em Urussanga, SC). 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis, 2008.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.



